

PROJETO DE LEI Nº 127/2021

Autoriza o Poder Público Municipal a distribuir absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social

O Povo do Município de Itaúna, por seus representantes decreta e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implementar, através de ações e planos de políticas públicas de promoção à saúde e higiene pessoal, a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, cadastradas no CRAS - Centro de Referência em Assistência Social do Município de Itaúna – Minas Gerais.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 2021.

Edênia Ribeiro Alcântara
Vereadora

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Apresentamos o presente Projeto de Lei, visando implementar nas ações de políticas públicas voltadas a saúde a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, cadastradas no CRAS - Centro de Referência em Assistência Social do Município.

É dever do Poder público, por expressa previsão constitucional, promover ações que visem garantir o direito a saúde de todos os munícipes.

De acordo com o estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”, 713000 meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não possuem acesso a itens mínimos de cuidados menstruais.

A pobreza menstrual é caracterizada pela falta de acesso a recursos, infraestrutura até conhecimento por parte das mulheres sobre os cuidados envolvendo o tema, sendo apontada como uma causa de evasão escolar. Segundo a ONU - Organização das Nações Unidas, estima-se que 1 em cada 10 meninas falte à escola durante a menstruação.

A situação se agravou em virtude da pandemia do COVID-19, sendo que diversas famílias passam por dificuldades financeiras para adquirirem o produto, que possui um alto custo, considerando, ainda, o aumento do desemprego.

Desta forma, se tratando de um instrumento básico de higiene, deve reconhecer que se trata de um tema de relevante caráter de saúde pública e que as mulheres em situação de vulnerabilidade são titulares do direito aos meios adequados à sua higiene pessoal.

Ante o exposto, reiteramos nossa estima e consideração e contamos com o apoio dos nobres Vereadores no sentido de discutir e aprovar o Projeto de Lei ora apresentado.

Atenciosamente.

Câmara Municipal de Itaúna, Minas Gerais, 14 de junho de 2021.

Edênia Ribeiro Alcântara
Vereadora